

MEMÓRIA DA OFICINA TERRITORIAL III: QUILOMBO ESTIVAS GARANHUNS - PERNAMBUCO



OFICINAS FORMATIVAS E INFORMATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA GTAQ

05, 06 e 07 de Abril de 2018



CASA CIVIL



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS



MINISTÉRIO DA
CULTURA



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PARTICIPANTES

PERNAMBUCO		
NOME	QUILOMBO	MUNICÍPIO
Ronaldo Luis de Paula	Quilombo	Águas Belas
Marcondes Silva de Paula	Quilombo	Águas Belas
Espedito	Quilombo	Águas Belas
Marileuza Beserra Alves	Isabel	Bom Conselho
Aristeia Alexandrino dos Santos	Sítio Escorrego	Bom Conselho
Fabricio do Santos	Angico	Bom Conselho
Maria Marinez da Silva	Queimada Grande	Bom Conselho
Fernanda Oliveira Reis	Quilombo Angico	Bom Conselho
Hailton Limeira da Silva	Mocós	Bom Conselho
Diego Gabriel dos Santos	Sítio dos Amargoso	Bom Conselho
Joana Angélica da Silva	Quilombo Jatobá	Cabrobó
Fabio Janiedes A. Silva	Quilombo Jatobá	Cabrobó
Eliane Creuza dos S. Silva	Atoleiro	Caités
Marcela B. Rodrigues	Estivas	Garanhuns
Jessika Pereira	Estivas	Garanhuns
Emerson Araujo da Silva	Timbó/ Coordenação Estadual de Quilombos	Garanhuns
Maria Cleonice A. da Silva	Estrela	Garanhuns
André Henrique	Estrela	Garanhuns
Aparecida Nascimento	Estivas	Garanhuns
César Monteiro Fausto	Coletivo Poético	Garanhuns
Maria do Socorro	Estivas	Garanhuns
Lucio Andrade Silva	Estrela	Garanhuns
Edilma Gomes da Silva	Estivas	Garanhuns
José Ismael Tenório Pereira	Povos de Terreiro	Garanhuns
Maria do Socorro P. de L.	Caluete	Garanhuns
Maksuel Silva	Caluete	Garanhuns
Juliana Maria Santos	Estivas	Garanhuns
Julio Mendes	Castainho	Garanhuns
João	Castainho	Garanhuns
Maria Angela B. Pereira	Estivas	Garanhuns

Edivane Lopes Isidro	Castainho	Garanhuns
Fabiana da Siva Santos	Estivas	Garanhuns
Kaliele Mendes Cordeiro	Castainho	Garanhuns
Alda Maria de B.	Castainho	Garanhuns
Geraldo Mendes	Castainho	Garanhuns
Fabio Henrique M. de Vasconcelos	Estivas	Garanhuns
Ivon Carlos Ferreira da Silva	Retiro	Iati
Aécio de Lima Gomes	Sobrado	Porta Alegre
Elder Lima Paula	Povoado Demanda	Rio Formoso
Natanael F. de Paula	Siqueira	Rio Formoso
Etiene Acácia de R. S.	Siqueira	Rio Formoso
Moacir Correia de Santana	Siqueira	Rio Formoso
Geisiane Paula Pacheco da Silva	Demanda	Rio Formoso
Valdemar Ferreira de Paula	Povoado Demanda	Rio Formoso
Rozeane Maria Mendes	Conceição das Crioulas	Salgueiro
João Evandro de Filho	Conceição das Crioulas	Salgueiro
Antônio João Mendes	Conceição das Crioulas - CONAQ	Salgueiro
Adilson Matias da Silva	Conceição das Crioulas	Salgueiro
João Milanez Silva	Trigueiros	Vivência
Manoel Benedito da Silva	Trigueiros	Vivência

PARAÍBA		
Geilsa Roberto Paixão	Mituaçu – Coordenação Quilombola	Conde
Joseane Pereira da S. Santos	Paratibe	João Pessoa
RIO GRANDE DO NORTE		
Andréia M. dos Santos	Grossos -- Coordenação Quilombola	Bom Jesus
Aécio de Lima Gomes	Sobrado – Coordenação Quilombola	Portalegre

EQUIPE DE EXECUÇÃO	
NOME	INSTITUIÇÃO
Maria Aparecida Nascimento	Ponto focal do Quilombo Estivas
Ana Cláudia dos Santos Silva Valdenice Gonçalves da Silva Joseilda Bernado Maria Valdenice Pereira Marcia Cristina Barbosa Pereira	Quilombo Estivas Cozinheiras
Katia Penha	Negra Anastácia
Milene Maia	ISA

Frederico Viegas	ISA
Liliana Mari Lino Pires	Instituto IDS
Anna Cecília Cortez	Instituto IDS
Selma A. Gomes	ISA
Marcia Nogueira Franceschini	MMA
REPRESENTANTES DO GOVERNO, MEMBROS DO GT E OUTRAS INSTITUIÇÕES	
Francisco Apurinã	COIAB
Paulo Cesar de S. Martins	INCRA PE
Adley M. Gomes	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Wanessa da S. Gomes	Universidade Estadual de Pernambuco
Suely Emília de B. Santos	Universidade Estadual de Pernambuco
Raiza M. da Silva	Negras- Gus
Roseane da Silva Sousa	Residência Saúde do Campo
Carolina V. Pessoa	Residência Saúde do Campo
Tamara Gomes Pacheco Sobreira	Residência Saúde do Campo
Ewerton Thiago P. de Lima	Residência Saúde do Campo
Leília de Andrade Silva	Residência Saúde do Campo
Kamila Pacheco	Ministério dos Direitos Humanos
Giovanna de Melo	Defensoria Pública de Pernambuco
Fabíola G. M. de Vasconcelos	CRAS Quilombo
Emanuella R. Paixão Régis	CRAS Quilombo
Eduardo Bezerra Gois	CRAS Quilombo
José Gois Leite Firmino	ITERPE- Garanhuns
Leonardo Gomes Santana	Fundação Cultural Palmares

Esta memória apresenta um resumo dos principais momentos e resultados preliminares do trabalho desenvolvido na oficina ocorrida no Quilombo Estivas nos dias 5, 6 e 7 de Abril. Trata-se de documento parcial em processo de construção.

Participaram desta oficina os moradores do Quilombo Estivas, representantes quilombolas de outras comunidades do Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, representantes da Conaq, de órgãos governamentais e a equipe de execução.

PRIMEIRO DIA

5 DE ABRIL

ABERTURA

Aparecida Nascimento (Cida), liderança da comunidade quilombola de Estivas e da CONAQ conduziu a mística de abertura. Em uma roda os presentes deram as mãos, e Cida falou da importância de deixar os problemas lá fora e participar ativamente do evento. Cantou duas cações, sendo a última uma música da sua comunidade, que termina com mensagem “planta semente para colher amor”.



Após essa dinâmica, todos se apresentaram dizendo o nome, o local de onde veio e o que gostaria de ser se não fosse gente. Beija flor, borboleta, formiga, águia, coruja, cactos, uirapuru, urubu, onça, peixe, rio, água, cachoeira, terra, semente, foram algumas das respostas a essa última questão.

MESA DE ABERTURA

Marinho, quilombola Castainho e Vereador em Garanhuns deu boas vindas e agradeceu a presença de todos.



Adley da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, agradeceu a todos e salientou que a secretaria planeja desenvolver projetos com os quilombolas na temática meio ambiente. Informou que foram enviados alguns projetos no ano passado, mas não foram aprovados e eles estão lutando para aprovar esse ano.

Milene do ISA deu bom dia e boas-vindas a todos, ressaltou o trabalho do Isa com povos indígenas e as comunidades quilombolas e destacou o objetivo da oficina, que é construir com o movimento quilombola uma política de GTAQ. Mencionou os mapas que o ISA trouxe para as oficinas e a importância de dar visibilidade aos territórios dos quilombolas no Brasil. Mencionou que a aproximação maior com a CONAQ se deu no processo de discussão do CAR.

Marcia, analista ambiental o MMA, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural, que dialoga bastante com os quilombolas. Destacou que o MMA reconhece que os territórios quilombolas são áreas protegidas que conservam o meio ambiente. Toda a discussão sobre a GTAQ é para construir uma política pública junto com os quilombolas. A política pública só funciona quando é feita com os atores locais e sujeitos da política. Esse é o segundo ciclo de oficinas para construir essa política. Agradeceu o acolhimento da comunidade.

Antônio Criolo – da CONAQ, saudou os senhores Zé Carlos e Expedito, que lutaram muito pelo movimento quilombola em Pernambuco e que deram oportunidade também para as novas lideranças participarem. As áreas preservadas nesse país são dos povos indígenas e comunidades quilombolas. Com a votação de Decreto 4887, que finalmente foi votado constitucional no STF, o desafio é garantir os territórios para as comunidades quilombolas. Grande parte dos territórios é tomada por fazendeiro, quando entregam para gente está degradado e a gente tem que restaurar, e aí como a gente vai recuperar essas áreas? Citou o caso de Conceição das Crioulas. Precisamos ser cautelosos e precisamos de financiamento para recuperar nossos territórios. Trouxe um alerta, o momento que estamos vivendo é um momento de divisão, de posições extremistas, tem forças articuladas para ir contra gente. Tem duas bancadas fortes, da bala e da bíblia, citou Bolsonaro, que com ele os quilombolas não terão espaço. Precisamos se unir com as pessoas que se preocupam com o outro e ter cuidado com o imediatismo e os benefícios imediatos.

Liliane (moderadora) apresentou de forma resumida o caminho da oficina.

Mario falou da importância da participação dos quilombolas na Audiência Pública que aconteceria no período da noite na Câmara dos Vereadores de Garanhuns.

Após a fala do Mario ocorreu a apresentação dos que chegaram e ainda não tinham se apresentado na roda do início da oficina.

DIÁLOGO COM REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS



Katia – explicou a metodologia da manhã, em que cada órgão expos sua política sob a sua responsabilidade e depois abre para o debate, com os quilombolas presentes de 3 estados (PE, RN e PB). Chamou os representantes de governo para compor a mesa.

Marcia – MMA - Faz parte da Secretaria de Extrativismo do MMA, que cuida do tema de GTAQ. Começou esse trabalho, em 2013, em parceira com o CONAQ para construir GTA. O 1º ciclo de oficinas ocorreu em 2015-2016, com 6 comunidades nos estados de SE, PA, RJ, GO, MG. Nesse momento ocorreram vários intercâmbios com essas comunidades para dialogar sobre o que é GTA. As comunidades já fazem gestão ambiental, com produção agrícola, sementes crioulas. A ancestralidade, o conhecimento tradicional, a cultura são elementos que compõem a conservação e proteção da biodiversidade.

Dentro do MMA está trabalhando para que o governo de fato incorpore a gestão ambiental como um tema transversal.

O MMA teve outra iniciativa, a partir de uma chamada pública, de 60 propostas que receberam, apoiaram 5 projetos, que estão sendo finalizados esse ano. Essa foi uma primeira iniciativa do MMA de apoiar essas comunidades em ações de GTA.

Explica a composição do GT GTA.

Kamila/MDH – Coordenação Geral de Registro de Nascimento. A certidão de nascimento é o primeiro documento a dar vida e acesso aos direitos. Tem como papel articular com outros órgãos – reduziu de 18% a 1% o déficit de acesso à certidão de nascimento. Tem ocorrido diversas oficinas para conhecer os grupos que compõem esse grupo de 1%, como quilombolas, ciganos, entre outros. Em novembro foram promovidos diálogos com as comunidades sobre o registro civil. Uma das questões colocadas é que se não consegue a segurança do território tem dificuldade para conseguir documentos civis. Ressalta que está aqui para ouvir a comunidade e levar as demandas.

Vanessa – UEPE - Professora de Medicina – vem desenvolvendo aqui nas comunidades alguns projetos voltados para saúde. Desde 2014 iniciou uma articulação com as lideranças quilombolas e com isso a universidade conseguiu trazer a residência da saúde da família para algumas comunidades quilombolas. Vem desenvolvendo alguns projetos de extensão em Castainho, como o resgate e levantamento de plantas fitoterápicas. Ressaltou “a gente aprende com vocês e ajuda você a construir as práticas de saúde”. Tem também projetos

de pesquisas, que estão mais em Castainho, por falta de pernas, mas se propõe a ir nas demais comunidades. Cobertura da residência: Timbó, Castainho, Estivas, Tigre, Estrela. O que as comunidades hoje demandam e o que podemos fazer? Quero ouvi-las para que possamos contribuir mais. A saúde está em toda parte, é território também. Como a universidade pode colaborar?

Paulo César – INCRA / PE - Trabalhava no INCRA em Santarém e esta há pouco tempo em Pernambuco. A oficina é mais uma oportunidade para dialogar com as comunidades. Tem uma equipe reduzida, de apenas 2 agrônomos e 2 antropólogos no INCRA, é muito trabalho para uma equipe reduzida e com muitos poucos recursos. Aumentou muito a questão da demanda por casas, para isso os quilombolas precisam de uma certidão do INCRA para conseguir crédito.

Adley – Secretaria de Cultura e Meio Ambiente do município de Garanhuns – A secretaria tem alguns projetos de recuperação de áreas degradadas, com restauração de nascentes e reflorestamento. Trabalha também com o CONDEMA a educação ambiental, este ano a equipe de projetos está desenvolvendo um plano municipal de meio ambiente, o que também abarcará as comunidades quilombolas. Tem gente que pensa que a secretaria não olha para as comunidades, mas não é verdade, em Caruaru a secretaria colocou na pauta as comunidades quilombolas, o que resultou em mais um evento que ainda vai acontecer. Depois que reduziu para um departamento, estão sem pernas para atuar de forma mais constante. A secretaria está sempre de portas abertas para colaborar.

Giovanna - Defensoria Pública Estadual – PE – Agradeceu as lideranças quilombolas, em especial, aos professores aqui presentes, pois a parceria iniciou-se com as escolas. A 1ª escola quilombola da comunidade Orocó por meio do Programa Unesco, construção de rede, a partir desta candidatura, com a coordenação quilombola estadual e defensoria pública estadual. Também iniciaram uma parceria com a comissão de quilombola de Pernambuco, uma reunião com diversas comunidades, foi solicitado a gente iniciar o projeto amigos da comunidade para levar a documentação civil e assistência jurídica para as comunidades. Tivemos um diálogo de aproximação com a Defensoria Pública da União, para obter apoio para projetos em parceria e levar o programa amigos da comunidade.

Citou a vitória histórica que aconteceu em 8 de fevereiro, em relação ao Decreto 4887/03, conversaram com o Ministro Dias tofolli e também entraram como Amicus Currie, é considera uma grande vitória.

Iniciaram uma articulação com órgão das Nações Unidas, com o Fórum Permanente de Questões Indígenas e Tribais e Comitê de articulação das Mulheres, que se reúnem em março de 2019. Conversou com uma das relatoras desta comissão, a próxima pauta será sobre as mulheres negras. Pede a mobilização dos quilombolas para criar uma Comissão ou GT para participar desse espaço.

Propõe a construção de uma rede internacional de quilombolas, para além da academia, para que a ONU possa criar um status internacional de quilombolas que considerem as especificidades das comunidades quilombolas.

Antônio Criolo – CONAQ - Aqui temos representação de ministérios que são corresponsáveis pelas políticas públicas para os quilombolas.

O Ministério de Direitos Humanos é onde está o SEPPIR, tem o INCRA, que é representação do governo Federal. E tem a Fundação Palmares que ainda vai chegar.

Porque que a SEPPIR, INCRA e Fundação Palmares estão sempre sem recursos? Vamos ter que fazer essa discussão. Citou que há recursos para os grandes fazendeiros, para perdoar dívidas, e não tem recursos para os quilombolas. Estes órgãos são os primos pobres, nunca

tem recursos, sempre estão de pernas amarradas, mas o INCRA, por exemplo, faz pagamentos milionários aos fazendeiros.

Tem o Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, mas não sai do papel. Esse governo vai passar, ninguém sabe quem vem depois. Estamos aqui com servidores que se mantem e podem ser parceiros.

Questionou como está os recursos para a regularização fundiária? Mencionou que soube que vai abrir cursos para quilombolas, como os quilombolas de PE podem participar?

Perguntou ao MMA, enquanto não tem a política GTAQ como os quilombolas podem se organizar para ter apoio do MMA, quais outras políticas que podemos acessar?

Como esta a situação dos incentivos aos quilombolas para eles acessarem e permanecerem na universidade? O movimento tem uma parte essencial, que é criar a política, principalmente com essas conferencias. Mas quem executa as políticas não são as comunidades e sim os órgãos governamentais. Traz essas provações para a gente ver como podemos encaminhar. Como o Ministério da Educação está pensando em executar a educação quilombola, como as universidades estão dando manutenção para manter os estudantes? Tem bolsas? Quais os incentivos?

PLENÁRIA



Jose Carlos Alves da Silva – Castainho, coordenação estadual – devemos estar preocupados com o que está para vir, a maioria das comunidades quilombolas não estão ciente da gravidade, ameaças a nossas lideranças, destruição do meio ambiente, a políticas públicas não chegam às comunidades. Muita degradação dos rios de Garanhuns, há muitos anos vem discutindo sobre a importância do meio ambiente, mas até hoje nada foi feito. Vários recursos estão difíceis, prejudicando a alimentação. Os territórios quilombolas precisam ser regularizados, precisa de recurso para realizar a regularização. Não pode construir escolas, posto de saúde porque as áreas não estão regularizadas. Na Bahia, no território dos rios das rãs colocou veneno para matar os quilombolas. São muitas as ameaças às lideranças quilombolas. Giovanna da CONAQ foi ameaçada várias vezes em Brasília. O governo tem milhões de reais para pagar a dívida externa, mas não tem dinheiro para desenvolver essas comunidades. Depois da vitória do Decreto, estamos aguardando os territórios sejam reconhecidos, mas temos que pressionar o governo para que possa ir

pra frente. “Dançar é bom, mas a maior dança é a desigualdade social, falta de saúde e educação”.

Moacir – Quilombo Siqueira - sua comunidade é área de manguezais, a secretarias do governo do estado está virando as costas para a gente, esgotos estão sendo jogados nos manguezais, prejudicando a pesca e o meio ambiente. Já tiveram audiências publicas, mas não adiantou. Em 2017 a comunidade foi devastada, a poluição prejudicou os caranguejos na região. Orientação para agricultura orgânica dentro dos quilombos, sem “agrotóxico, deveria ser o nome ofensivo agrícola e não defensivo”. Em 1994 foi ameaçado porque estava defendendo sua comunidade, até hoje estou defendendo meu povo. Solicita aos órgãos ambientais, para ver a questão de energia elétrica, colocar fontes alternativas, eólica ou solar. Na sua comunidade há muita falta de luz e perda de alimentos. Agua podre da COPESA com muito cloro. O aterro sanitário não está sendo cuidado. “A gente tem um trabalho incrível na comunidade Siqueira em pró do meio ambiente, cultura, hoje nós somos modelo”. Estamos em pleno século 21, levam nossas matas para o chão. Incentivar a cultura dentro dos quilombos, na dança, artesanato. Vamos trabalhar juntos, “sabemos que a reta é grande, mas precisamos saber que os inimigos estão na curva”.

Ismael – Antropólogo/ povos de terreiro - Fala pelos povos dos terreiros e sua ligação com as comunidades quilombolas. O terreiro faz parte dos quilombos e quilombos fazem parte dos terreiros. Nós povos de terreiro zelamos pelos nossos ancestrais e pelo meio ambiente. Enquanto as políticas para os quilombolas já andaram mesmo sofrendo, nós dos terreiros estamos sem amparo. Importância dos rios e matas para os povos de terreiros. Se precisamos de uma erva vamos ter que andar 3 a 4 km para conseguir, porque nossas matas estão destruídas e não foi destruída pelos quilombolas ou povos de terreiros, mas pelos brancos que invadiram e desmataram nossos territórios. Será que vamos continuar nos becos e nas esquinas da escravidão? O sofrimento dos negros é bem conhecido no Brasil, não há livro que dê conta. O que o governo pode nos oferecer para mantemos nossas praticas culturais? Para que possamos manter o histórico do nosso país? Precisamos de políticas públicas consistentes, chega de falácia técnica, chega de falácia do governo.

Emerson – Timbó comissão estadual dos quilombolas - Em Garanhuns a importância dos rios para os quilombolas. O rio Mundau e seus afluentes estão sendo prejudicados com o lançamento de esgoto. Solicita apoio do governo, do MMA e do Ministério Público, para fazer um GT ou Comitê quilombolas em defesa dos rios, para pensar o rio de uma forma mais humanista. Apesar dos rios estarem no território, mas ainda não é nosso, ainda falta a desintração, estamos em ilhas cercados por pastos, como é que a gente vai receber essa terra?

Marinho – quilombola Castainho e Vereador em Garanhuns - ficou inquieto com a fala da Secretaria de Meio Ambiente de Garanhuns, ano passado tinha a secretaria e nada fez, hoje nós temos um departamento de meio ambiente, mas ainda não viu o que Departamento está fazendo. Infelizmente a Secretaria não tem feito nada pelas comunidades. A principal obra do governo municipal é fazer estradas. Tem um órgão para assistência técnica, mas que não vem para zona rural. Incra, antes tinha dinheiro e não fazia, devolvia o dinheiro, e hoje o Paulo do INCRA diz que não tem recursos para fazer. O INCRA não visitou mais as comunidades, tudo parou. A gente esta tentando mudar essa situação. Citou exemplo da câmara dos vereadores que quando vê que eles estão organizando os quilombolas e povos de terreiro, é criticado nos corredores. Há diversos órgãos de ensino, que poderia ter parcerias, mas não é prioridade. Só nós poderemos mudar, não haverá mudança por parte do governo. Ainda sentamos com o governo golpista para dialogar, tendo acreditar no impossível.

RESPOSTAS DOS REPRESENTANTES DO GOVERNO

Marcia - MMA - A questão ambiental dialoga com vários programas, como o Programa Brasil Quilombola. A SEPPIR tem um papel fundamental nas políticas públicas para os quilombolas, é muito importante que os quilombolas participem dos espaços de governo onde são definidos como a política chega no chão. Muitas questões são de competência do município e dos estados e o MMA tem um papel de articulação. Muitos gargalos, a questão de recursos financeiros de fato é uma questão, os projetos dos quilombolas que estão apoiando são com recursos do Fundo Clima. A gente tem que construir a política de GTAQ para depois conseguir recursos financeiros. Ter um marco legal para que possam conseguir recursos. Plano Nacional de Agroecologia e Produtos Orgânicos, importância da sociedade civil participar desses espaços. A questão dos rios seria mais direcionada para ANA. Aos povos de terreiros tem o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, atualmente em transição para o MDH. Dialogar com a SEPPIR para que esse conselho seja operante. Acredita que estavam em um momento de construir o segundo Plano Nacional de povos de terreiros.

Paulo - INCRA - Nós como funcionários temos a mesma angústia de vocês, para criar um território é um processo muito longo, desde de fazer o relatório técnico, notificar os que estão dentro do território. Ressaltou que a questão da falta de dinheiro, somos quatro trabalhando com os quilombolas, são pessoas comprometidas, mas sem condições de trabalhar como gostariam. O processo de identificação e regularização é muito burocrático e complexo, porque o interesse é que não aconteça.

Katia perguntou qual o orçamento do INCRA para as ações em Pernambuco?

Paulo respondeu que apenas 9 mil reais.

Adley da Secretaria do meio Ambiente – comentou que mora na COAB 2 a mais de 30 anos e nunca teve um saneamento básico descente. Informou que a secretaria foi criada em 2015 e vem lutando para melhorar o saneamento básico. Apenas 10% do município tem saneamento básico. A COPESA do estado é responsável pelo esgotamento sanitário, ela cobra 80% da conta da água para o esgotamento. Há conflitos entre o estado e município sobre essa questão. A COPESA coloca a responsabilidade para a realização da estação de tratamento para o município. Os estabelecimentos comerciais precisam fazer suas fossas, mas não fazem e jogam o esgoto na galeria de águas pluviais. Em relação as estradas, não é o meu departamento, mas sei que a secretaria tem passado as máquinas para melhorar as vicinais.

Giovanna - Defensoria Pública Estadual - Acredita que a defensoria pode apoiar na questão dos crimes ambientais, poluição da água, se coloca a disposição para ter uma reunião como Defensor Público Geral para fazer uma força tarefa com o Ministério Público. Comentou que no ano passado vários caixas do Banco do Brasil foram fechados na comunidade Orocó, a Defensoria Pública entrou com uma ação pública e conseguiu abrir a agência. MPF e juizes das comarcas tem alegado que os professores concursados que podem lecionar, e não tem um sistema de cotas para professores quilombolas. Informou que em Brasília, está tendo uma movimentação para assinar um acordo de cooperação com a Unesco para apoiar os povos de terreiro. É um projeto da Unesco Memória, que trabalha com a rotas dos escravos. Ressaltou a importância dos quilombolas participarem deste processo. Se colocou a disposição para fazer a ponte com a Unesco.

Vanessa - Universidade Estadual de PE – Salientou que a Universidade tem grande dificuldade em estrutura, estruturalmente não tem recursos, muitos professores vêm pra as comunidades com seus próprios recursos. A gente vem desenvolvendo projetos aqui, para tapar os buracos dos governos, se tivesse uma saúde pública de qualidade e boa aqui a gente não precisaria estar aqui. Precisa implantar projetos estruturais, a universidade é um aparelho do estado que reproduz o que temos no estado, precisa da ajuda e

mobilização das comunidades para fazer o enfrentamento e fortalecer a luta. Estão abertos para isso.

Antônio Criolo – CONAQ – Propõe fazer uma denúncia internacional na CIDH sobre a falta de recursos do INCRA. Ressaltou que é um absurdo o INCRA ter apenas 9 mil reais de orçamento para Pernambuco, isso não compra nem um hectare aqui. Em Pernambuco são 193 comunidades quilombolas.

Roseane - Conceição das Crioulas – Da plenária Roseane solicitou que a mesa de escuta não se encerrasse ali e que aos órgãos do governo, na medida do possível ficassem até o final do evento para continuar dialogando.

Após a mesa de escuta foram firmados os acordos de convivência.

LINHA DO TEMPO

Katia (Negra Anastácia) e Marcia (MMA) apresentaram os principais marcos na linha do tempo para construção da GTAQ.



LINHA DO TEMPO

1534

Primeiro quilombo citado na historiografia (Ubiratã Castro, UFBA)

1850

Lei de Terras estabelece critérios de acesso que exclui a população negra do direito a terra

1970

1969 – criação de duas associações: Associação dos Negros de Castainho e Associação dos Negros de Timbó.

1979 - MNU pontua a necessidade do Estado Brasileiro reconhecer as populações negras rurais
Abertura de estradas de acesso no campo amplia pressões sobre os territórios

-Movimento Negro Unificado nasceu no estado de Pernambuco.

1980

1988

- Promulgação do Artigo 68 da ADCT
- Criação da Fundação Cultural Palmares

- Comunidades sofrem fortes pressões de grileiros, urbanização e empreendimentos externos; êxodo rural

- Movimentos eclesiais de base, MST e pastorais da terra fomentam a resistência e articulação das comunidades negras rurais

1990

1994 – Comunidade Conceição das Crioulas começa a discutir o processo de reconhecimento do seu território

1995 - Primeiro quilombo titulado pelo artigo 68 no Rio Trombetas – PA (Quilombo Boa Vista)
- Primeiro Encontro Nacional Quilombola em Brasília
- 300 anos de Zumbi dos Palmares

1996 – Fundação da CONAQ (12 de maio) Processo de mobilização da CONAQ para construção do decreto de regulamentação do artigo 68
Associações quilombolas são criadas em todo o Brasil
CONAQ participa de debates sobre Convenção 169 em Genebra

2000 a 2004*

2000 – Segundo Encontro Nacional Quilombola em Salvador – Conceição das Crioulas e Castanho foi titulado
2001 – CONAQ participa de Conferência de Durban sobre Discriminação Racial e xenofobia
2002 (13 de maio) – Presidente FHC veta o projeto de lei, afirmando que artigo 68 era auto-aplicável
– Governo Brasileiro ratifica Convenção 169 da OIT
2003
- Decreto 4.887, durante governo do presidente Lula
- Criação da SEPPPIR
- Governo lança Programa Brasil Quilombola, sob coordenação da Seppir
- Lei 10.639 implementa estudo da cultura africana e afrobrasileira nos currículos escolares
- Criação da ACQUILERJ
2003 – Comunidades quilombolas da Paraíba são reconhecidas pela Fundação Palmares
2004 – ADI 3234: DEM entra com Ação Direta de Inconstitucionalidade do Decreto 4887
- Primeiro quilombo titulado em MG
- Decretos estaduais em SP criam procedimentos para reconhecimento e titulação de territórios quilombolas
2004 - primeiro encontro estadual dos quilombolas da Paraíba.

2005 a 2009*

2005 – Primeira CONAPIR - Criação da Federação Estadual de Comunidades Quilombolas de Minas Gerais

2006 – Decreto nº5758 inclui territórios quilombolas no Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)
– primeiro encontro das comunidades quilombolas em PE

2007 – PNPCT (Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)
– grandes projetos em PE transposição do Rio São Francisco e a Transnordestina, trazendo muitos impactos socioambientais para as comunidades quilombolas.
– Decreto 6261 – agenda social quilombola

2008 - Projetos de etnodesenvolvimento (Conaq e MMA) inserem discussão sobre gestão dos territórios.

*Década de 2000:

- Movimento conquista participação em conferências nacionais de ater, segurança alimentar, igualdade racial, desenvolvimento rural sustentável, educação, saúde, juventude, meio ambiente;
- Criação da maior parte das coordenações estaduais quilombolas

2010-11

2010 - Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial
- encontro estadual de mulheres quilombolas no RJ

2011 - Marcha da CONAQ em Brasília
- Quarto Encontro Nacional Quilombola no Rio de Janeiro - RJ

2012-2013

2012 - Resolução implanta Educação Escolar Quilombola
- Tem início o julgamento da ADI contra o Decreto 4887 com voto do ministro Peluzo.
- Conaq abre sede em Brasília
- Congresso aprova novo Código Florestal e cria o CAR
- Decreto 38960 de 17/12/2012 - regularização fundiária do estado de PE
– primeira titulação na Paraíba e acirramento dos conflitos agrários
- Conceição de Crioulas – teve a emissão do primeiro título de posse definitivo. Das 36 fazendas, apenas 8 reconhecidas com título.

2013 - Portaria 429 cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discussão do CAR que resultou criação do grupo para discussão de Plano Nacional de GTA Quilombola

2014-2015

2014 - Início do planejamento das primeiras oficinas para discutir Gestão Territorial e Ambiental em Território Quilombolas

- Publicação do Plano Brasil Quilombola, aprofundamento do debate sobre implementação de políticas públicas, criação do eixo socioambiental.

- Criação da Mesa Nacional Quilombola no INCRA para discutir Regularização Fundiária

- Criação de GT quilombola sobre educação em MG

2015 -Marcha das mulheres negras

- Surge a Negra Anastácia, na plenária nacional, para ser a instituição com personalidade jurídica de representação quilombola

- Início do primeiro ciclo de oficinas sobre GTAQ em comunidades quilombolas

2016

- Impeachment da presidente Dilma Roussef fere ordem democrática brasileira e gera retrocessos nas políticas públicas.

- CONAQ cria o GT para CAR quilombola.

- Segunda Oficina Nacional em Brasília encerra o primeiro ciclo de Oficinas sobre GTAQ.

- Consolidação da Minuta Preliminar de Diretrizes sobre GTAQ a partir do primeiro ciclo de Oficinas

- Plano Quilombola de Pernambuco.

2017

- 5 territórios quilombolas são contemplados em edital do MMA com colaboração da CONAQ para projetos de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola.

- Negra Anastácia e ISA são contratados pelo MMA para conduzir o Segundo Ciclo de Oficinas do processo formativo e informativo sobre GTAQ .

2018

- STF julga constitucional o Decreto 4887.

- Primeira Oficina no quilombo Frechal – MA abre as Oficinas Territoriais do Segundo Ciclo de Oficinas sobre GTAQ

Cochicho - o que a gente entende por GTAQ e porque o GTAQ é importante?

Adley – apesar de ter formação na área ambiental, esse termo GTAQ para mim é novo. Importante para promover a cultura da comunidade, desenvolver a educação ambiental.

Rose Conceição da Crioula – há realidades diferentes, em conceição das crioulas estão trabalhando com gestão territorial, das 6 fazendas que são tituladas duas estão sendo estudadas na área da gestão ambiental. O grupo colocou também que tem dificuldade na gestão por conta do tamanho das áreas, que são poucas as áreas, os fazendeiros não saem do território.

Geysa - PB – importância de lutar pelo CAR Quilombola.

Antônio Criolo – independentemente de ter a regularização fundiária ou não a comunidade e famílias tem um pedaço de terra, vive em comunidade e faz gestão da sua terra, com sua praticas culturais, de produção.

Geraldo – Tomar cuidado com a água, com as nascentes. As crianças e jovens tem que se reconhecer como quilombolas, que não é branco e nem pardo, é negro.

Moacir – na comunidade Siqueira tem SAFs, tem as APPs preservadas, parcerias com universidades e Petrobrás, que resultou também em publicações de livros. Importância da preservação dos manguezais. Grande número de pescadores na sua região. Tem horta de plantas medicinais. Tem o Museu Quilombola, com mais de 300 peças. Trilhas ecológicas, algumas cascatas. Incentivo ao turismo.

Ana Cecilia- ainda que o termo pode ser novo para alguns vcs colocaram muito claro que vc já fazem gestão ambiental.

APRESENTAÇÃO DO ISA

Milene e Fred – Apresentaram um vídeo institucional do ISA e fizeram uma breve apresentação da atuação do ISA junto aos povos indígenas, comunidades quilombolas e pela defesa dos direitos socioambientais.

ENCERRAMENTO DO DIA

Roda para finalizar o dia, Liliane recuperou o que ocorreu no dia e pediu para os presentes levantar a mão com a nota para o dia de 1 a 5, a grande maioria deu nota 5 para o evento, ressaltaram as trocas de conhecimento. Um quilombola deu nota 10 com as duas mãos para cima e ressaltou: “porque sou quilombola e não desisto nunca”.

Encerramento com roda de ciranda.

O QUE É GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA?

Planejamento e organização para fazer a gestão dentro do próprio contexto e cuidando da natureza.

Deixar tudo no lugar e da melhor forma possível para poder continuar na comunidade. Forma de trabalhar e gerir a natureza sem degradá-la.

Modo como cada comunidade organiza sua forma de viver e fazer a gestão, envolvendo cultura, educação, produção, etc.

SEGUNDO DIA

6 DE ABRIL

DINÂMICA

Cida e Fabio coordenaram a dinâmica de abertura do dia, com música foi formada uma roda, a roda se desfez, todos começaram a andar e depois tiveram que se juntar novamente da mesma forma que estavam.

“Essa dinâmica retrata muito a vida da gente, a primeira roda era sem líderes da comunidade, isso para mostrar que muitas vezes os líderes não estão presentes na comunidade, mas a comunidade pode também atuar e fazer essa parte. A segunda roda era com os líderes e já tinha menos gente, porque são poucos líderes”. **Fabio**

VISITAS DE CAMPO

4 grupos

O objetivo das visitas é olhar as experiências e desafios sobre a perspectiva da gestão territorial e ambiental.

Locais de visita/temas/pessoas de referência da comunidade

Estivas - saúde, produção e meio ambiente - Cida

Timbó – conservação e recursos naturais - Emerson

Castainho – educação, produção e meio ambiente - Alda

Estrela e Tigre – produção orgânica – Henrique



Apresentação dos grupos

Grupo – Estivas

Roseane de Conceição da Crioula e Diego Comunidade Quilombola do Amargoso apresentaram

Nome do grupo Ubuntu: eu sou porque nós somos



Fazenda pleiteada/improdutiva – fazenda do ex-prefeito de Garanhuns, Luiz Carlos. O antigo dono arrendava áreas para as famílias quilombolas. E agora a fazenda está totalmente improdutiva.

Produção QUASE orgânica – preconceito que o pessoal da cidade tem de comprar sua produção por conta da água do rio que é poluída, o produtor explicou que usa a água de uma nascente. Temos que quebrar isso com comunicação e informação. Produtor vende na sua comunidade, nas comunidades vizinhas, inclusive a alimentação desta oficina vem deste produtor.

Projeto PNHR – conjunto de habitação que Estivas conseguiu para beneficiar 100 famílias. Preocupação com o inchaço das famílias, os filhos casam e moram na mesma casa.

Religiosidade – igreja católica Santa Luzia– está sendo reconstruída para manter os grupos de jovens das comunidades. Também para se contrapor as igrejas evangélicas que muitas vezes não permitem festas tradicionais da comunidade. Nossas festividades devem continuar, isso serve para igreja católica e evangélica, nós devemos ser quem nós somos.

A caminho da saúde – Tem médico, enfermeiras e o pessoal da Universidade que faz residência na comunidade. Medicação natural está sendo incentivada. O posto não atende só essa comunidade, mas também as comunidades vizinhas. Parabenizou os trabalhos feitos pela equipe de residência na área da saúde da UEPE, que desenvolve ações com as crianças, saúde e brincadeiras.

Grupo 2 – Visita ao Quilombo Timbó

Ivon do Quilombo Retiro e Moacir do Quilombo Siqueira apresentaram

Destaques

- Necessidade de desintrusão do Território.
- Problema com turismo desordenado.
- Poluição e lixo advindo do turismo desordenado.
- Potencial no território para o turismo comunitário (rural, religioso, etnoturismo e de aventura).
- Potencial de uso do espelho d'água para criação de peixes nativos em tanques.
- Necessidade de tratamento da água distribuída na comunidade, que hoje é retirada e distribuída direto do lago da comunidade.

- Potencial do trabalho com ervas medicinais.
- Gado assoreando as margens do rio.
- Artesanato em madeira feito na comunidade.
- Uso de frutas sazonais para geração de renda.
- Espírito de coletividade na comunidade.

Grupo 3 – visita as comunidades quilombolas Estrela e Tigre

Antônio Criolo de Conceição das Crioulas e Mario de Estivas apresentaram

Barragem Cajueiro – criada em 2010, tem 9 km, quando terminou a construção da Barragem, mesmo os fazendeiros tendo sido indenizados, eles voltaram e colocaram cerca. Desde que terminou a barragem a gente vem cobrando do governo resolva essa situação. Mesmo a barragem estando dentro do território quilombola, as comunidades não são abastecidas por ela. Os fazendeiros estão plantando em área de APP.

Quintais produtivos – como as famílias tem pouca área de produção, elas fazem plantios diversificados no entorno das casas.

Casa de farinha – A casa de farinha está parada há um ano por falta de produção. Há 10 anos as comunidades quilombolas da região eram referência na produção e venda de farinhas. Com o aumento das famílias as áreas de produção foram dando lugar para as casas. Importância para a cultura quilombola das casas de farinha, não apenas pela produção, mas pela vivência coletiva.



Alternativa de renda – uma alternativa de um quilombola da comunidade quando parou de trabalhar para os fazendeiros, foi fazer uma pequena marcenaria.

Área da UFPE dentro da comunidade estrela – quando a universidade comprou a comunidade já estava em andamento o RTID. A comunidade não tem nenhuma parceira com a universidade.

Olaria – dentro da comunidade tem uma olaria que é de um particular, usa o barro da comunidade. Não sabem se tem licenciamento ambiental.

Cisterna – a maioria das comunidades é abastecida por cisternas e carros pipas. Não há um apoio contínuo do governo em garantir o abastecimento de água para as comunidades. Depois da maior chuva que teve em 2010, tem sido um período de seca.

Escola na comunidade Tigre – Escola Anália de Souza Santos – o fazendeiro doou o terreno para construção da escola e depois colocou cerca em volta, sem deixar espaço externo

para os alunos. A comunidade queria ampliar o prédio escolar, mas o fazendeiro não deixou. Uma turma da escola tem aula na sede da associação da comunidade. Mario tem um projeto no município de diretrizes quilombolas na área de educação, está se esforçando para tentar a aprovação deste projeto.



Grupo 4 - Território Castainho – 193 ha - 300 famílias – 1º território quilombola titulado junto com Conceição das Crioulas.

Andreia Quilombo Sitio Grossos (RN) e Adilson da Comunidade Quilombola Quilombo

Conquista da unidade escolar há 10 anos – estrutura diferenciada; 311 alunos de ensino infantil (4anos) até nono ano do fundamental; EJA à noite (parceria do movimento quilombola estadual e governo estadual).

A grande maioria das escolas quilombolas tem – a grade curricular tem que se adequar ao currículo do município e não uma educação diferenciada com as especificidades da cultura quilombola. Conceição das crioulas tem calendário diferenciado.

Outro problema - teria que ter merenda adequada e com alimentos que as comunidades já produzem, por meio do PAA.

A falta de transporte também é um problema, escolas muito distantes das comunidades.

PPP da escola – adequação do calendário, materiais específicos, valorização da cultura e história.

Luta para implementar as diretrizes para a educação quilombola.

Quilombolas cursando o ensino superior

Produção e renda

Fontes de renda: hortaliças, mandioca e derivados, frutas, serviços na cidade e em fazendas.

Casa de farinha familiares (produção manual em grupos pelas mulheres) e casa de farinha industrial.

Hortaliças fonte de renda e consumo, venda em feira e entrega em estabelecimentos.

Desafios – comercialização, adubação e pragas e qualidade da água do rio.

Acesso à água

Rio Mundaú – contaminação por esgoto e diminuição do curso do rio

Poços e caixas d'água

Cisterna de captação par produção (52 mil litros) e de consumo (16 mil litros)

Não tem acesso a agua encanada na área do território.

Grupo de mulheres guerreiras quilombolas do Castanho

Geração de renda - fazem coleta seletiva, passam em dias determinados nas casas da comunidade para pegar o material reciclável; experiência de reciclagem em parceria com a igreja católica local.

Combate a violência doméstica.

Patrimônio Histórico

Cruz das Almas – monumento histórico ameaçado pela especulação imobiliária - que está loteando a área – necessidade de pressionar pela desapropriação da área. A comunidade pode acionar o IPHAN junto com a prefeitura para fazer o tombamento deste monumento. Capela tem mais de 200 anos é original do cemitério, que foi extinto.

Nossas conclusões

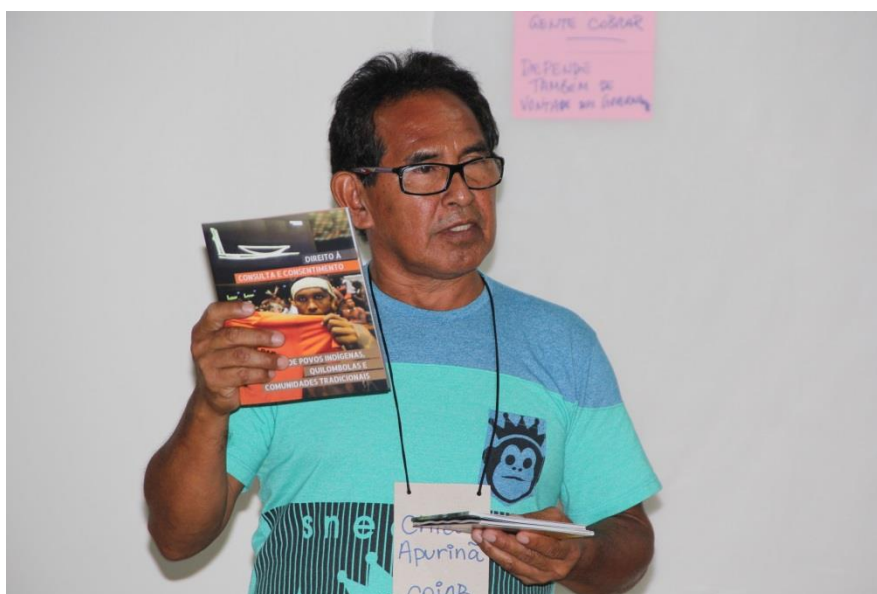
- Produção artesanal de produção de mandioca.
- Comunidade tem pratica de buscar a solução dos problemas por si só, a partir da troca de experiências e valorização dos saberes dos mais velhos.
- Necessidade de fazer formação sobre o GTAQ.
- Quilombolas que fazem cursos superior devem voltar para atuar nas suas comunidades.

Adilson - a principal dificuldade das comunidades quilombolas é a falta de território, exemplo Castanho com 300 famílias e apenas 193 hectares. Muito triste quando ouve que o INCRA tem apenas 9 mil reais para as comunidades quilombolas de Pernambuco. Propõe que ocupem o INCRA para pressionar o governo.

Andreia – colocou uma questão muito importante como ficam os quilombos que estão em áreas urbanas em relação a política de GTAQ?

APRESENTANDO A PNGATI: POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA

Chico Apurinã



Está aprendendo muito com eles nesse encontro, contou da importância dos artigos 231 e 232 da CF 88, que foi uma luta do movimento indígena. A partir de 88 foi o marco legal para nossas conquistas.

Como chegamos na PNGATI? Depois da CF a gente começou a pressionar por políticas ambientais, de saúde e de educação, entendemos que a conquista do território é o primeiro passo.

A partir de 1992, com a Eco 92, a conferência mundial sobre meio ambiente, nós estávamos lá lutando por nossos direitos. Saiu o protocolo de Kyoto, de compromisso de não desmatar. Em parceria com vários órgãos teve o PPTAL que demarcou várias TIs, teve o PDPI, que apoiou vários projetos. Investimento em projetos de cultura, e também projetos da Carteira Indígena do MMA. Essas foram as experiências que vieram para essa discussão.

Pensamos que o investimento da cooperação internacional tem começo, meio e fim. Assim tivemos ideia de criar uma política nacional.

No processo de discussão estávamos focando no fortalecimento das organizações indígenas – APIB, APOINME, ARPIPA, ARPINSUL e COIAB.

Parabenizou o ISA e MMA por essa coragem de enfrentar esse desafio de criar essa política.

Foi criado um GTI para construir a minuta da política e apresentar para a CNPI. Do Governo Federal participaram a Funai, o MMA e foi convidado o Ministério da Defesa e SFB. Tivemos que olhar as legislações existentes para construir a política, como a Convenção 169 e várias outras políticas. Ressaltou que foi importante estudar todas essas políticas.

A PNGATI é muito importante para garantir o futuro das próximas gerações.

Em 2009 foi realizado um seminário Nacional em Brasília que deu início aos trabalhos do GTI.

Foram realizadas 5 reuniões em Brasília para fazer um primeiro documento base e depois foi feito um processo consultivo com a realização de consultas regionais em todo o Brasil, com a participação de vários povos indígenas. As consultas eram para apresentar e colher contribuições da base para melhorar a minuta da política. Além das consultas grandes tiveram outras consultas menores em RR, MT, MA e em Manaus teve uma consulta com as mulheres indígenas. 1329 pessoas participaram do processo de consulta

No documento base tinham 10 diretrizes e 27 objetivos específicos, com as consultas aumentaram as diretrizes, 13, e os objetivos também aumentaram.

Não conseguiram que fossem incluídas na política as terras que não foram demarcadas, isso eles perderam, mas continuam nessa luta. Na saúde também era assim agora já está mudando.

Depois da PNGATI aprovada, em 2012.

Mostrou os instrumentos que estão sendo usados para dar andamento na política: os planos de gestão ambiental e os protocolos de consulta.

Hoje a gente tem o Fundo Amazônia que está dando apoio para a execução da PNGATI. Ressaltou que só as organizações grandes conseguem acessar esses recursos, por conta da burocracia.

Outros fundos, Fundo Clima, Conectividades, entre outros que apoiam os PGTA's em TIs.

Hoje toda a discussão é para implementar a política.

A PNGATI tem as instâncias de governança, queriam que tivesse o comitê gestor nacional, comitês regionais e comitês locais. Conseguiram o Comitê Nacional. Com esse governo não teve mais reunião do comitê.

PLENÁRIA

Antônio Criolo perguntou - depois da PNGATI vocês conseguem acessar apoios para projetos como a Carteira Indígena? Ressaltou que é diferente a forma como é a gestão em TIs e em territórios quilombolas.

Chico - A gente acha que não substituiu tanto a Carteira, como o PDPI, a gente acredita que teria que voltar.

Ana Cecília esclareceu que houve também uma diminuição dos recursos da cooperação internacional que financiavam esses programas.

Chico - para fazer os PGTAs é importante as parcerias com as organizações não governamentais como o ISA, CTI, CPI, OPAN, entre outras. Concorda que o processo de gestão é diferente os quilombolas são donos da terra a gente tem o usufruto, mas a terra é da União.



Leonardo – F. Palmares – contou sua experiência na Carteira Indígena -MMA, a discussão de gestão ambiental para garantir a terra que os índios tinham e frear as ameaças externas. Questão dos grandes empreendimentos.

Os índios tiveram várias iniciativas de vários projetos demonstrativos antes da política, por meio do PPDI, do PDA, da Carteira Indígena. Essas iniciativas contribuíram para a construção da PNGATI. Essas iniciativas também fortaleceram as organizações indígenas regionais.

0,1% do território nacional ocupado por territórios quilombolas

3051 comunidades quilombolas certificadas

1692 processos em tramitação

Cerca de 700 processos de reintegração de posse

Um fato importante da carteira indígena, mesmo que o terra não fosse demarcada, a Carteira apoiava. Teve também investimento em ATER para os projetos apoiados.

Colocou essas questões para enfatizar a distancia que os quilombolas estão dos povos indígenas em termos de investimentos da cooperação internacional.

Chico salientou que infelizmente os recursos são majoritariamente para Amazônia.

Milene – a dispersão das ações e políticas para os quilombolas em vários órgãos do governo dificulta o processo. Contou a exemplo dos Pataxós, muitas famílias, em área sobreposta em UC. E eles fazem gestão do território, e o que deu força para eles foi a reocupação do seu território. Como o Leo colocou tem 0,1% do território nacional ocupado

por territórios quilombolas, tem um grande desafio, mas a política de gestão é um instrumento para pressionar a regularização fundiária.

Chico – mostrou o plano de planejamento e monitoramento da PNGATI, que tem as responsabilidades de cada órgão do governo, mas com esse governo, muito que tem aqui não está funcionando. Hoje o Fundo Amazônia tem 20% de investimento para projetos fora da Amazônia.

CNPI – é muito importante, porque discutia todas as políticas, agora também não está funcionando, nosso objetivo era criar o conselho por lei, mas ainda não conseguiram.

Marcia – a gente sabe que as realidades são diferentes e sabemos que a momento político é delicado, os recursos financeiros são complicados. Só com a pressão do movimento a política vai funcionar. Citou os 5 projetos que estão apoiando que é uma forma de ir construindo essa política. De fato tendo a política, como o PNGATI vem recursos para projetos nas comunidades.

Leo – autoconstrução do PNH em Estivas, importância da organização da comunidade, essa experiência tem que ser visibilizada.

Ivon – nós somos quilombolas devemos nos unir pra não deixar que venham empresas de fora para construir casas, tem que ser a comunidade que deve gerir o projeto. Cada comunidade que for agraciada com um projeto que ela mesma faça.

Chico – desde 2005 temos o ATL que discute sua realidade e vai para o embate com o governo, é importante a permanente articulação do movimento.

Aércio – capacitação para regularizar as associações dentro do marco legal da sociedade civil, importante participar para fortalecer as associações e as mesmas poderem gerir seus projetos e fortalecer as comunidades.

Rose – conceição das crioulas – GTAQ talvez seja um termo não conhecido, mas é a sistematização de tudo que estamos fazendo. Acredita que o GTAQ será um elo para acessar esses órgãos de apoio para execução desta política.

Moacir perguntou quanto tempo demorou o processo da PNGATI.

Chico – antes de 88 já estavam na luta pela terra, e a luta é constante.

TERCEIRO DIA

7 DE ABRIL

PROPOSIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES DA PNGTAQ



INTEGRIDADE TERRITORIAL

1. Criação de diretoria de regularização fundiária de territórios quilombolas no INCRA.
2. Plano de regularização fundiária de 50% dos processos abertos no INCRA até 2021.
3. Formalizar as Mesas estaduais de regularização fundiária.
4. Garantir recursos e editais para apoio a projetos para acesso pelas comunidades quilombolas.
5. Garantir o processo de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado – (CCLPI da Convenção 169) das comunidades nos processos de licenciamento e implementação de atividades de impacto ambiental – empreendimentos, mineração, etc.
6. Formação dos gestores e autoridades publicas sobre os direitos quilombolas.
7. Criar estratégias que garantam o envolvimento da juventude na gestão do território (de forma mais dinâmica e criativa).

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS

1. Acesso a recursos do imposto estadual - ICMS Ecológico para as comunidades quilombolas.
2. Estabelecer parcerias técnica e financeira, de forma continuada, para restauração/ de recuperação de áreas degradadas.
3. Criação de uma linha específica de financiamento de projetos de restauração e uso sustentável.

4. Apoio (técnico e financeiro) para a elaboração de planos de uso comunitário.
5. Realização de oficinas para formação e informação em patrimônio genético.
6. Incentivos para a produção agroecológica.
7. Garantir apoio e recursos para programas de reutilização dos materiais recicláveis (formação, implementação de ações concretas, etc)
8. Fomento à participação em feiras e trocas de artesanato de materiais recicláveis.
9. Criar um programa para a troca de saberes intergeracional.
10. Apoio financeiro e técnico para a elaboração de materiais paradidáticos sobre temas ligados à Gestão Territorial Ambiental em Territórios Quilombolas.
11. Garantir mapeamento participativo de espécies ameaçadas e de interesse da fauna e flora/ medicinais.
12. Formação de agentes ambientais comunitários (programa específico do IBAMA para a formação de pessoas da própria comunidade que atuem voluntariamente).
13. Garantir a participação das comunidades quilombolas nos Comitês de Bacias, assim como a criação de comitês onde não existe.
14. Garantir a representação e a participação quilombola no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
15. Criação de um programa de prevenção e combate a incêndios florestais (ex prev fogo) com envolvimento dos Estados.

CULTURA

1. Promover o fortalecimento do processo de auto identificação como quilombola por meio de capacitações, intercâmbios, realização de atividades culturais quilombolas.
2. Garantir recursos e editais para apoiar projetos culturais de comunidades quilombolas com formato acessível de execução.
3. Mapear, resgatar e registrar as práticas tradicionais (festas, danças, ...) para difundir e mantê-las vivas nas comunidades e em outros meios.
4. Identificar os grupos de mulheres nas comunidades (dança, artesanato, ...) e promover ações para fortalecer.
5. Garantir recursos para promover programas que integre cultura e geração de renda aos jovens e mulheres, de modo a fortalecer sua identidade quilombola.

Observação: Considerar outras necessidades para serem discutidas – inclusão de minorias (LGBT, idosos, etc). Incluir propostas de geração de renda para todos os segmentos do território.

EDUCAÇÃO

1. Garantir vagas específicas nos concursos públicos para profissionais de educação para pessoas das comunidades quilombolas.
2. Apoiar o acesso e a manutenção dos estudantes quilombolas no ensino superior e médio profissional.
3. Efetivar as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola no Ensino básico e médio, inserindo conhecimentos tradicionais (valorizando os mestres locais) - práticas tradicionais e culturais e modo de vida.
4. Garantir assessoria as comunidades quilombolas, nas diferentes áreas, feita prioritariamente por profissionais quilombolas ou que tenha afinidade com a Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ).

5. Garantir e executar a formação continuada para professores que atuam nas comunidades quilombolas e nas demais escolas municipais que recebem alunos quilombolas.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1. Garantir a qualidade da alimentação escolar, considerando a aceitação dos alunos.
2. Trabalhar a educação alimentar nas escolas com uma nutricionista pra dar aula.
3. Fortalecer a identidade quilombola a partir da alimentação.
4. Conservação das sementes crioulas e orgânicas.
5. Formação das merendeiras das escolas.
6. Implementação das políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional.
7. Promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desde o nível familiar ate as comunidades, territórios e município.

SAÚDE

1. Efetivar o direito a saúde, com a implementação de políticas existentes e estruturação de infraestrutura adequada a cada contexto (postos de saúde, pontos de apoio, ambulâncias); fornecimento de serviços adequados e contínuos; realização periódica de busca ativa; composição de equipe capacitada (humanização dos profissionais de saúde), que cumpra a carga horaria.
2. Implantação da Plano Nacional de Saúde Integral de População Negra, com formação dos profissionais de saúde (incluindo os agentes comunitários de saúde que atendem as comunidades quilombolas).
3. Criação de Núcleos Quilombolas de Atenção à Saúde da Famílias (NASF com recorte quilombola) como polos de promoção de saúde, com garantia de recursos e equipe multidisciplinar adequada para o número de pessoas atendidas em cada núcleo.
4. Formação de quilombolas na área de saúde e priorização destes profissionais quilombolas na composição de equipes de saúde que atendem os territórios quilombolas.
5. Atendimento especializado para casos de anemia falciforme, garantindo o apoio para toda a família.
6. Estímulo à utilização de praticas tradicionais de cuidado a saúde: valorização do conhecimento que existe nas comunidades; educação permanente e troca de saberes entre crianças, jovens, adultos e idosos a partir da tradição; combate à discriminação do uso destas práticas.
7. Respeito às práticas tradicionais de cuidado à saúde (uso de plantas medicinais, benzedeiros, curandeiros, parteiras) nos serviços de saúde.
8. Garantia de cuidado (prevenção/tratamento) a doenças negligenciadas (ex.: doença de chagas, leishmaniose, filariose, calazar, etc).
9. Efetivar em todos os estados e municípios o atendimento psicológico adequado e contínuo nas unidades de saúde que atendem aos territórios.
10. Fortalecer a rede de assistência ao cidadão no território quilombola (saúde, assistência social, educação).
11. Fomento à pesquisa para questões de saúde da população quilombola – garantir recursos, parcerias com universidade – e implantação de ações concretas para a promoção da saúde.
12. Formação dos quilombolas para controle social das políticas de saúde, a fim de garantir sua fiscalização e a aplicação de recursos para saúde quilombola no município.

13. Fortalecer a saúde e a segurança alimentar na pauta do movimento quilombola nos municípios, estados e federação.
14. Criar mecanismos para que os conselhos tutelares compreendam melhor as especificidades dos modos de vida e da educação quilombola formal e informal (Resolução 181 CONANDA – Parâmetros para a interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais no Brasil).
15. Garantir a sanidade animal e o controle de zoonoses nos animais domésticos e de produção (parcerias dos órgãos de defesa animal com a comunidade).

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

1. Garantir formação de lideranças jovens e outros – formação política, intercâmbios, execução de políticas públicas para juventude – abrangendo todas as dimensões da Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ).
2. Garantir recursos para fortalecer as organizações quilombolas comunitárias locais, regionais e nacional.
3. Fomentar intercâmbios e trocas entre as comunidades, com ampla formação e informação sobre direitos dos quilombolas e legislação pertinente à Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (GTAQ).

PRODUÇÃO, ALIMENTAÇÃO E RENDA

1. Garantir o acesso ao território para preservar os modos de vida.
2. Garantia do acesso livre a fontes de água (não privatização da água).
3. Garantir acesso a água para produzir e consumir, através do apoio a preservação e recuperação de nascentes, rios e bacias; da implementação de infraestrutura de captação de água com tecnologias adequadas a cada realidade.
4. Incentivar a produção para consumo e renda com a utilização de práticas e tecnologias produtivas (criação de peixes, apicultura, agrofloresta, roçado, etc.) de acordo com a realidade e potencial de cada território, região, bioma e cultura, garantindo a sustentabilidade.
5. Toda proposta e projeto deve ser discutido e decidido com toda a comunidade através de um processo de construção coletiva, respeitando a forma de organização espacial da produção em cada território.
6. Agregar valor aos produtos quilombolas através de certificações de origem (como Selo Quilombola).
7. Apoio técnico para produzir e comercializar os produtos de origem quilombola.
8. Desburocratizar e fornecer orientação técnica para o acesso as políticas públicas de produção e geração de renda pelos quilombolas.
9. Incentivo a reciclagem de subprodutos da produção agrícola de forma a evitar impacto ambiental e aproveitar melhor os recursos (ex. biodigestores, compostagem, etc.).
10. Proibição do uso de agrotóxicos e outras práticas impactantes no entorno de territórios quilombolas, considerando sua categorização como áreas protegidas na PNAP para definição de uma faixa de segurança.
11. Efetivar o acesso dos quilombolas a Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através de: apoio a produção e a organização nas comunidades para o fornecimento nas diferentes épocas do ano; implementação de logística dentro da comunidade e no município; revisão da PNAE para aumentar a porcentagem de

produtos da agricultura familiar/quilombola e para priorizar alimentos produzidos na própria comunidade.

NOMES TIRADOS PARA PARTICIPAR DA SEGUNDA OFICINA NACIONAL

Pernambuco

Ponto Focal – Aparecida Nascimento Oliveira
Mario dos Santos Campos Junior
Rozeane Maria Mendes

Paraíba

Geilsa Paixão Roberto
Roseane Pereira da Silva

Rio Grande do Norte

Aécio de Lima Gomes
Andréia Nazareno dos Santos



ENCERRAMENTO/AVALIAÇÃO

A avaliação foi muito positiva, todos e todas agradeceram a acolhida e a hospitalidade da comunidade Estivas. Da comunidade de Estivas foram 14 pessoas trabalhando no apoio, entre outros parceiros. A oficina foi um ambiente de renovação, um ambiente onde as diferenças se somam, agregam. Foi uma oportunidade de “oxigenação” das lideranças da região.

Foi apontado que faltou a discussão de como fica a GTAQ para os quilombos urbanos. As trocas enchem os participantes de esperança, as visitas a campo apontam que há várias questões semelhantes entre as comunidades quilombolas.

MOMENTOS DA OFICINA





